

AMC  
981 Reforma Agrária

# Política

CONSTITUINTE

# TRÊS OPÇÕES PARA A REFORMA AGRÁRIA

A primeira opção é o novo texto do relator Bernardo Cabral. Se esse não passar na terça-feira, ainda há as emendas do Centrão e da esquerda — cada grupo lutando por apoio.

Proposta: remeter à lei ordinária a forma de desapropriação de propriedades consideradas produtivas mas que não cumpram as funções sociais. Este é o ponto fundamental do texto que o relator Bernardo Cabral começou a delinear ontem pela manhã em reunião na residência do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com o propósito de buscar um acordo que retire do "buraco negro" o capítulo referente à reforma agrária. Se, na próxima terça-feira, esse texto não passar, ainda há duas alternativas: as emendas patrocinadas por proprietários e trabalhadores rurais, cada grupo preparando textos neste fim de semana, que terão chance na medida em que conseguirem o máximo de assinaturas de apoio.

No início da tarde, Ulysses explicou que na lei ordinária, com a possibilidade de utilização de vários artigos, seria melhor tratada a questão da desapropriação. Na Constituição constariam somente os critérios da reforma agrária. Ele ressaltou que deverá ser tratada, ainda, a forma de proteger a terra, já que existe o medo que a propriedade envolvida na possibilidade de desapropriação seja, inclusive, vítima de invasão. Ulysses disse ainda que, naquele momento, ainda não havia a aprovação do texto pelo PFL e o PL, mas afirmou que estavam ocorrendo progressos e que todo o material elaborado nos acordos frustrados anteriores estavam sendo analisados pelo relator.

O Centrão e as esquerdas passaram o dia de ontem mobilizados na coleta de assinaturas para suas propostas ao capítulo da Reforma Agrária, que serão apresentadas em substituição ao texto do relator Bernardo Cabral, caso este também seja rejeitado. A proposta do grupo que obtiver o maior número de assinaturas (são necessárias no mínimo 280) terá preferência na votação. Embora a maior parte dos constituintes tenha deixado Brasília pela manhã, os dois lados anunciavam já ter alcançado pelo menos 200 assinaturas. Na busca de apoio o Centrão e a esquerda montaram um verdadeiro quartel-general em vários pontos da cidade: aeroporto, gabinetes, residências oficiais e até em restaurantes.

O gabinete do deputado Bernardo Ca-

bral foi o mais procurado de todo o Congresso Nacional. Cada um queria apresentar sua sugestão e "ajudá-lo" a elaborar o texto. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que esteve conversando com Cabral por mais de uma hora, disse que foi dizer a ele que "se colocava à disposição na busca do entendimento". Para Sant'Anna não haverá "buraco negro" que leve a reforma agrária a ser excluída da nova Constituição. Na sua opinião, se a proposta aprovada contar com a maioria do plenário, será importante que ela conste da nova Constituição, mas se for um texto de vencedor sobre vencido é melhor que a reforma agrária vá para a legislação.

Já o relator-adjunto, senador José Fogaça, considera difícil a existência de um acordo quanto ao conteúdo do texto de Bernardo Cabral, afirmando que o melhor caminho para evitar o "buraco negro" é a formação de um acordo quanto a tática de votação. Neste caso, segundo ele, a solução é aprovar o texto do relator para que depois sejam apresentados destaques supressivos sobre aquilo que não interesse a qualquer uma das partes. Segundo Fogaça há riscos caso se rejeite a proposta do relator, pois emendas coletivas que vierem a ser votadas posteriormente são divergentes e dificilmente conseguirão quórum para aprovação: "Com isso, a Constituição ficaria sem matéria de política agrícola e de reforma agrária".

Fogaça explicou que a partir das conversas de ontem foi possível receber o apoio de todas as lideranças para a busca de um texto de consenso, mas lembrou que o entendimento somente será possível se as partes, os sem-terras e os proprietários, demonstrarem disposição para negociar. "O que tem atrapalhado é o radicalismo e muitas vezes é um jogo político dos setores que não querem acordo, que não querem consenso, para transformar isso em 'cavalo de batalha' e para campanhas pessoais", afirmou Fogaça, que acrescentou ser desejados que não se interessam pela reforma agrária que o assunto realmente não seja incluído na Constituição. "Mas quem fizer isso", lembrou, "também estará perdendo a parte referente a incentivos agrícolas que fazem parte do capítulo".



Covas: sem radicalismos.



O duro trabalho de Cabral: fazer um texto que não desagrade ninguém.



Caído: cinco juristas.

## Nosso texto "não é radical", diz Mário Covas.

O texto da esquerda é o mesmo do acordo que foi suscitado por dez partidos e desfeito pelo PFL e pelo PL, conforme lembrou o senador Mário Covas. O senador destacou que a proposta de seu grupo "não pode, de forma alguma, ser considerada radical, porque ela é fruto de sugestões de Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Gerson Peres (PDS-PA)". Este texto é o seguinte: "São insusceptíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I — A pequena e média propriedade rural, nos termos da lei, desde que seu proprietário não possua outra; II — A propriedade produtiva. §Único — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social, sob pena de torná-la passível de desapropriação, nos termos do Artigo 218 que diz que compete à União desapropriar por interesse social".

Já o vice-presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), André Montalvão da Silva, sugeriu que se faça a reforma agrária "na marra", caso o tema fique excluído do texto da nova Constituição, anunciando que os membros e dirigentes sindicais rurais foram orientados para agir em suas bases junto aos vereadores, prefeitos e às principais lideranças do PFL, como o ministro Aureliano Chaves e o presidente do partido, senador Marco Maciel, na tentativa de reverter

o impasse criado pelos empresários rurais na Constituinte.

Para fazer frente aos Lobbies do empresariado da agricultura — a partir de segunda-feira deverão estar em Brasília perto de 6 mil lobistas segundo informações da UDR —, as entidades que apóiam os trabalhadores rurais também estarão representadas pelos principais dirigentes das federações, confederações e sindicatos, disse Montalvão. Ontem a Contag enviou telegrama a todos os constituintes, pressionando-os a assinar o texto sobre reforma agrária que beneficie os trabalhadores e permita desapropriações.

O dirigente pedirá aos parlamentares identificados com a posição da Contag que denunciem do plenário a discriminação que vêm sofrendo os trabalhadores e dirigentes sindicais dentro do próprio Congresso Nacional, que, ao contrário da UDR e demais organizações a ela alinhadas, não conseguem sequer acesso às galerias do plenário da Constituinte. Na votação de quinta-feira, por exemplo, nenhum deles conseguiu chegar ao plenário, apesar das 10 senhas que possuíam. A Contag também pretende denunciar publicamente que "a verdadeira liderança na Constituinte no capítulo da Reforma Agrária não é praticada por nenhum parlamentar, mas pela UDR, comandada por Ronaldo Caiado, para quem não existem barreiras intransponíveis".

## O Centrão garante que terá 300 votos

Somente no parágrafo único é que diferem os textos do Centrão e da esquerda, já que a proposta do Centrão estabelece que "cabe à lei complementar estabelecer as condições e encargos para o progressivo atendimento dos requisitos da função social, nos termos do artigo 220, que diz que para cumprir a função social é necessário aproveitamento racional e adequado da terra, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores".

Jogar para a lei complementar o ponto mais polêmico da reforma agrária — que é a função social das propriedades produtivas passíveis de desapropriação — estipulando sanções e encargos aos que não cumprirem essa exigência, e criando condições para que esse princípio seja atendido obrigatoriamente. Essa é a saída que a frente parlamentar da agricultura — que reúne cerca de 100 constituintes — e a cúpula do empresariado rural representada pela UDR — encontraram para viabilizar aprovação em plenário do texto do "Centrão", mas que encontra porém respaldo da maioria dos constituintes: ao mesmo tempo obrigando o cumprimento da função social sem colocar em risco a desapropriação das terras produtivas.

Para elaborar esse texto o grupo, liderado a nível parlamentar pelo deputado Alyson Paulinelli e também presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e a nível empresarial pelos presidentes da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flavio Telles de Menezes, e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, reuniu mais de 40 sugestões, cinco juristas contratados pelos empresários, além de contar com dois "deputados-aliados" professores em Direito Constitucional: Paes Landin e Bonifácio de Andrade.

Segundo informações do deputado Paes Landin, esse texto deverá contar com cerca de 300 adesões, somando os 150 que assinaram em branco e outros 150 que estão "apalavrados".

O assessor da UDR no Centrão, Fábio Saboya, coordenou no aeroporto de Brasília a coleta de assinaturas dos parlamentares que viajaram ontem. Outros lobistas do empresariado rural dividiram-se em grupos para garantir assinaturas ou pelo menos compromissos verbais dos constituintes. Falando pelo grupo, o deputado Alyson Paulinelli está convencido de conseguir o texto, porque...